

A participação das trabalhadoras domésticas na Constituinte

Começamos essa reflexão com a imagem da Sankofa, da simbologia adinkra, aquele pássaro que olha para trás e tem os pés voltados para a frente, que traz como mensagem a importância da gente olhar para trás para seguir em frente. Não se trata de voltar ao passado para transformá-lo num objeto de adoração, mas sim de olhar para o passado para aprender com ele, buscar ensinamentos que nos ajudem a, no presente, construir o futuro. Por isso pensamos na Sankofa, olhando para trás com os pés para frente, para seguir caminhando. Este é um desafio para todas as pessoas que querem mudar o mundo, ou pelo menos, construir uma vida melhor em nosso país.

Mudar a vida em nosso país passa por mudar o nosso sistema político também, ou seja, a forma como o poder é organizado, quem pode tomar as decisões que organizam a vida em comum, e que regras podem reger estas decisões. O nosso desejo é que estas regras sejam sempre democráticas. Mas nós chegamos até aqui, no Brasil, com uma democracia na qual não cabemos completamente. Não cabem as mulheres, o povo negro, indígenas, a classe trabalhadora, os pobres, a população LGBTQIAP+, a juventude. Apesar disso, estes grupos sociais continuam batendo o pé na porta para entrar.

Vivemos um Brasil com desigualdades estruturais. Quando falamos da democracia que queremos, precisamos qualificar que democracia é essa: uma democracia que enfrente as desigualdades e mude a cultura política predominante. O processo constituinte, que elaborou a Constituição de 1988, a lei maior do país, foi um momento em que todos os movimentos sociais bateram juntos os pés na porta e entraram firmes na luta para garantir direitos aos grupos sociais mais vulneráveis.

O país estava saindo do período de uma ditadura empresarial-militar, modo de governo constituído a partir do golpe militar, com apoio das elites, ocorrido em 1964. Foram anos de resistência, de luta clandestina e de organização popular. A partir disso, na década de 1980 eclodem muitos movimentos sociais. A cada momento uma nova luta encontrava espaço no debate público. Lutas contra a carestia, por terra, moradia, saúde, educação, lutas do movimento gay, de mulheres, negros... Enfim, inúmeros protestos, passeatas e manifestações.

Em 1984, destacou-se como pauta comum capaz de aglutinar todos os movimentos, partidos políticos de esquerda e de centro, a campanha por eleições diretas para presidente da república, suspensas desde 1964. O lema “Diretas Já” e as camisas amarelas simbolizaram toda a insatisfação acumulada pelo povo brasileiro e mobilizaram milhões de pessoas nas praças públicas. Apesar disso, a proposta foi derrotada no Congresso Nacional e o novo presidente, Tancredo Neves, com seu vice José Sarney foram eleitos pelo Colégio Eleitoral. A energia daquela campanha foi canalizada para uma nova luta, capaz de tirar o país do regime autoritário: a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte. Era preciso mudar as leis que organizavam a vida no nosso país.

Movimentos sociais e partidos de esquerda criaram uma articulação nacional chamada Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte e nele elaboram uma ideia fundamental para a participação popular. A sociedade poderia participar da nova Constituição apresentando emendas populares com 30 mil assinaturas e teriam direito de defendê-las na Assembleia Nacional Constituinte. E assim foi. As trabalhadoras domésticas, organizadas em associações em vários estados, se articularam com os movimentos feministas e apresentaram uma proposta de emenda popular que lhes garantiria o reconhecimento como categoria de trabalhadoras e direitos trabalhistas. Lenira Carvalho foi uma das lideranças das domésticas de Pernambuco que esteve à frente desta luta.

No discurso proferido por Lenira Carvalho na Assembleia Constituinte, em maio de 1987, ela lê o documento de propostas elaborado pelas representações das trabalhadoras domésticas de 23 associações de nove estados do país, que apresenta as reivindicações da categoria, quase todas transformadas em direitos pelos deputados constituintes: o reconhecimento como categoria profissional e o consequente direito a sindicalização, salário mínimo, descanso semanal remunerado, 13º salário, férias, direitos previdenciários, proibição de exploração de trabalho infantil, entre outros. Apesar dos avanços, as trabalhadoras domésticas não conseguiram equiparar seus direitos aos das outras categorias de trabalhadores. A jornada de trabalho de 40 horas semanais e o direito à estabilidade no emprego ou Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço, por exemplo, foram conquistados somente em 2015, fruto de um processo contínuo de luta das trabalhadoras domésticas pela conquista dos seus direitos.

Neste mesmo discurso, Lenira demonstra como o processo constituinte foi importante na formação da consciência de classe e de gênero das trabalhadoras domésticas porque, de alguma forma, ele contextualizou o ápice de um processo de organização e de luta: “Não acreditamos que façam uma nova Constituição sem que seja reconhecido o direito de 3 milhões de trabalhadores deste país. Se isso acontecer, achamos que, no Brasil, não há democracia, porque deixaram milhões de mulheres no esquecimento. E nós servimos a quem? Servimos aos deputados, senadores, ao presidente e a todas as pessoas”.

Em entrevista concedida por ocasião dos 20 anos da Constituição, Lenira Carvalho falou sobre a articulação das trabalhadoras domésticas com outros movimentos sociais e o trabalho feito para mobilizar a categoria, apesar de não terem conseguido as 30 mil assinaturas necessárias para a apresentação oficial da emenda à Constituição. Ela conta: “nos dias de domingo,

abríamos a associação, chamávamos as domésticas e elas iam, porque todo mundo queria direitos, mas mesmo assim não conseguimos as trinta mil (...) Fomos a Brasília com os outros movimentos sociais em seis ônibus, era tanta bandeira, tanta faixa, tanta coisa, estávamos com eles mas sem nossas trinta mil assinaturas (...) Quando chegamos lá na porta, a Benedita da Silva (PT – RJ), que era deputada, foi lá pra rampa nos receber. A Benedita rodou lá dentro e entrou todo mundo, e ela me chamou pra falar (...) Ela trouxe o deputado Ulysses Guimarães (presidente da Assembleia Nacional Constituinte) e nós entregamos o nosso documento”.

Trazer esta memória de Lenira Carvalho pode ajudar a ver o passado recente, quando da elaboração da Constituição em vigência, com outros olhos. O olhar da participação popular na Constituinte permite ver a presença das trabalhadoras domésticas, sua experiência de mobilização frente às dificuldades inerentes à categoria, conhecer a reflexão crítica de uma das suas lideranças, e ver o potencial que a articulação coletiva de distintos movimentos sociais têm para abrir caminhos nas lutas por direitos. Isso pode nos ensinar muito sobre a construção do futuro.

Glossário

Adinkras

É um conjunto de símbolos pertencentes ao povo Ashanti, atualmente localizados principalmente nos países Gana, Burkina Faso e Togo, na África Ocidental, mas também estão presentes em outros lugares do globo, principalmente em consequência dos processos das diásporas africanas.

Constituição

É a lei mais importante de um país, também chamada Carta Magna, e tem um caráter geral. Ela organiza o Estado, estabelecendo, no caso brasileiro, a separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, define as regras e os direitos que regem a vida política e social.

Diretas Já

Foi o lema principal da campanha nacional de mobilização popular pelas eleições diretas para presidência da república, realizada em 1984, para pressionar o congresso a aprovar a emenda constitucional Dante de Oliveira, que garantiria esse direito. Esta proposta foi derrotada no Congresso Nacional, que definiu que a escolha do novo presidente continuaria sendo no Colégio Eleitoral, composto pelo próprio Congresso.

